

Plano terá segunda fase esta semana

O Governo completa esta semana, com a divulgação da proposta de implantação do indexador diário da economia, a segunda das três fases do programa do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, para derrubar a inflação que já superou os dois mil por cento anuais. Nessas duas primeiras fases, executadas simultaneamente, a equipe de Fernando Henrique incluiu o equilíbrio das finanças públicas e a implantação na economia do novo indexador. O plano da equipe econômica prevê para a terceira fase da implantação do programa de estabilização econômica, etapa que o Fernando Henrique vem chamando de paulada na inflação.

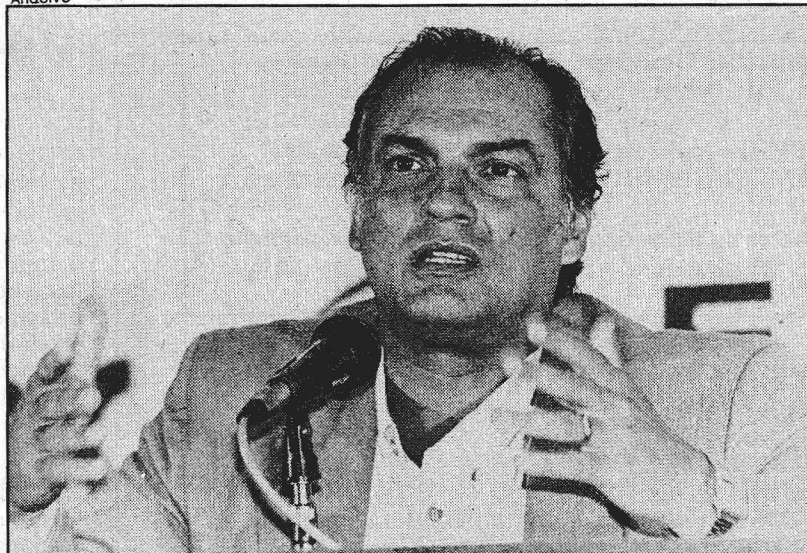
O cronograma da equipe estabelece que a terceira fase só será detonada a partir do momento em que a inflação entrar em estabilização. A tese do assessor especial Edmar Bacha é de uma inflação que chama de constante. Ou seja, a inflação não cairá mas também não continuará na trajetória ascendente. Nessa fase, a estratégia do Governo será disseminar a utilização do índice por toda a sociedade. Para convencer os agentes econômicos de que o novo índice tem credibilidade, caberá ao Governo dar o sinal de saída e adotar o indexador em suas próprias contas.

Divisão — O esforço para o ajuste fiscal que o Governo precisa fazer para conseguir fechar as contas no próximo ano sem pegar dinheiro emprestado será dividido entre a União, estados, municípios e contribuintes. O Governo Federal pretende reter parte das transferências obrigatórias e aumentar os tributos para formar um fundo de emergência, destinado a cobrir despesas para as quais o dinheiro é insuficiente.

Com o fundo, o Governo quer aumentar a parcela de impostos que ficam sob seu controle, diminuindo em 15 por cento os repasses para as outras esferas da administração. E, dos contribuintes, o Governo pretende arrecadar mais 3,79 bilhões de dólares com o aumento de cinco por cento nas alíquotas de todos os impostos federais.

Mesmo com a elevação da arrecadação, para conseguir o ajuste fiscal, a equipe econômica precisou reduzir em 22,1 bilhões de dólares as despesas no Orçamen-

ARQUIVO



Freire acha que o aumento dos impostos deve ser diferenciado

to de 1994. Mas, para colocar este plano em execução, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, depende da aprovação das medidas pelo Congresso Nacional. O Fundo Social de Emergência, como foi batizado, só existirá se os parlamentares aprovarem uma emenda à Constituição, que será enviada nesta semana. E o aumento das alíquotas também depende de autorização do Congresso.

Para que a sobretaxa de cinco por cento sobre o Imposto de Renda (IR) e o Imposto Territorial Rural (ITR) entre em vigor em janeiro de 1994, como pretende Cardoso, deputados e senadores precisarão aprovar o aumento até o dia 31 de dezembro. Já a elevação das alíquotas sobre as contribuições sociais, como por exemplo a contribuição para a Previdência Social e PIS/Pasep, pode entrar em vigor três meses após a sua aprovação. O adicional sobre os demais impostos federais, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) não precisam de carência para entrar em vigor. Basta que sejam regulamentados, após a aprovação pelo Congresso, para que passem a ser cobrados.

Com o aumento de imposto, as alíquotas do Imposto de Renda na fonte das pessoas físicas passam de 15 por cento e 25 por cento para 15,75 por cento e 26,25 por cento. As contribuições devidas pelas empresas à Previdência Social sobem de 22,2 por cento para 23,31 por cento sobre a folha de

salários. Já os trabalhadores vão passar a contribuir com 8,4 por cento, 9,45 por cento e 10,5 por cento, dependendo da faixa de salários. As alíquotas atuais são de oito por cento, nove por cento e dez por cento.

Indexador — Nessa semana, assim que retornar do Canadá — onde foi assinar o acordo de renegociação da dívida externa com os bancos credores privados —, o ministro Cardoso anuncia a segunda etapa do seu plano econômico, que, para ter sucesso, depende de um ajuste fiscal eficaz. As próximas medidas pretendem ser uma saída para superar a inflação: será criado um novo indexador, a Unidade de Referência (UR), vinculado ao dólar, que depois será transformado em moeda. Como a correção deste indexador será diário e acompanhará a evolução do dólar, a equipe econômica acredita que todas as pessoas terão interesse em atrelar seus preços à UR. Até mesmo os empregados, que irão preferir ter os salários vinculados ao novo índice, pois terá correção diária e manterá o poder de compra.

A adesão à nova moeda, entretanto, será voluntária, o que evitará a quebra de contratos, como prometeu Cardoso, e disputas judiciais. Quando toda a economia estiver indexada à UR, a Unidade deixará de ser um índice e passará a ser a moeda nacional, acabando-se com o Cruzeiro Real. Na prática, o Governo irá estabelecer o dólar como referência de todos os preços, em um novo tipo de âncora cambial.